



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 13 de maio de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Homenagem POLITICA	1
JORNAL DO COMMERCIO Homenagem (continuação) POLITICA	2
JORNAL DO COMMERCIO Folha de pagamento da indústria cresce pela 3ª vez ECONOMIA	3
JORNAL DO COMMERCIO Fiam 2011 ECONOMIA	4
JORNAL DO COMMERCIO Indústria Naval ECONOMIA	5
JORNAL DO COMMERCIO Futuro ECONOMIA	6
JORNAL DO COMMERCIO Deputado ECONOMIA	7
A CRITICA Sindicalista irrita SRTE-AM ECONOMIA	8
AMAZONAS EM TEMPO CAPA	9
AMAZONAS EM TEMPO Contexto OPINIÃO	10
AMAZONAS EM TEMPO Fiam..... ECONOMIA	11
AMAZONAS EM TEMPO PIM e comércio vão dispensar 15 mil ECONOMIA	12
AMAZONAS EM TEMPO PIM e comércio vão dispensar 15 mil (continuação)..... ECONOMIA	13
AMAZONAS EM TEMPO Polo naval ECONOMIA	14
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA	15
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro..... OPINIÃO	16
DIÁRIO DO AMAZONAS Selo vai beneficiar produtos do PIM AMAZONAS	17
DIÁRIO DO AMAZONAS SRTE investiga a contratação ilegal de terceirizados no PIM AMAZONAS	18
DIÁRIO DO AMAZONAS Oposição questiona partilha de recursos..... AMAZONAS	19
DIÁRIO DO AMAZONAS Rotatividades reduz o salário na construção civil em 7,5%..... AMAZONAS	20

DIÁRIO DO AMAZONAS	
Rotatividades reduz o salário na construção civil em 7,5% (continuação)	21
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
País impões barreiras à importação de carros	22
AMAZONAS	
MASKATE	
Fala Sério	23
MASKATE	
Zé Azevedo recebe título de Cidadão do Amazonas.....	24
MASKATE	
Zé Azevedo recebe título de Cidadão do Amazonas (continuação)	25
MASKATE	
Zé Azevedo recebe título de Cidadão do Amazonas (continuação)	26

Homenagem

Deputados concedem Medalha de Honra a José Azevedo

Considerado um dos mais importantes empresários da região, José Azevedo, proprietário do Grupo TV Lar, recebeu homenagem na ALE e reuniu grandes autoridades do Amazonas

Por JOELMA MUNIZ

Aleam (Assembleia Legislativa do Amazonas) concedeu ontem, 12, ao empresário José dos Santos da Silva Azevedo, a Medalha Ruy Araújo. A honraria é outorgada a quem

colabora, por seus méritos no meio político, jurídico, cultural e demais segmentos da sociedade, prestando serviços ao povo amazonense.

Um dos mais importantes nomes do setor comercial do Amazonas, José Azevedo, proprietário do grupo TV Lar, é ainda cônsul honorário de Portugal, país do qual recebeu o título de Comendador.

O empresário também dá a sua contribuição na Federação Amazonense do Comércio, no Sindicato do Comércio e na ACA (Associação Comercial do Amazonas).

Azevedo nasceu em 23 de julho de 1933, em Portugal, na cidade de Albergaria-a-Velha, tendo emigrado com a sua família para Manaus

em 1934.

Jovem ator (contracenou no Teatro Amazonas com o magistral e saudoso ator brasileiro Procópio Ferreira), técnico em eletrônica e em contabilidade, começou a vida atrás do balcão no dia 6 de fevereiro de 1946, numa pequena loja de componentes eletrônicos e de conserto de aparelhos de rádio, localizada na rua Henrique Martins, bem próximo à sua antiga residência, hoje, transformada em sede do grupo TV Lar.

Pioneiro em importações

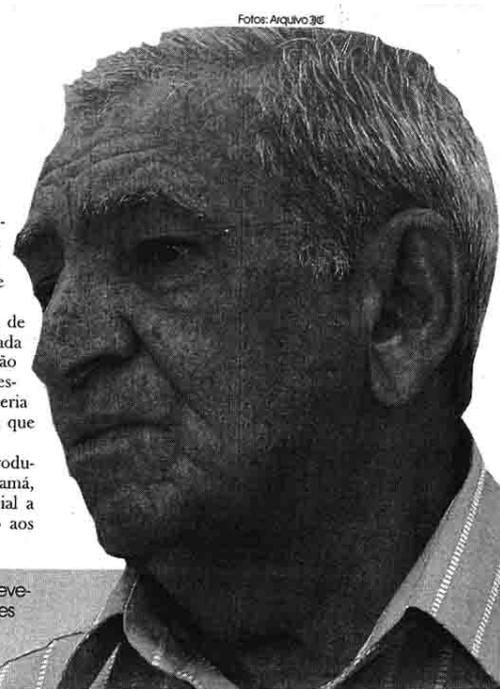
Em pouco tempo, montou - em 1964 - a sua própria loja, especializando-se no comércio de componentes eletrônicos e assistência técnica.

E em 1967, com o surgimento da Zona Franca de Manaus, iniciou a importação de televisores e aparelhos eletrônicos.

A empresa começou de forma pioneira, na década de 70, com a importação de motores de popa, estabelecendo uma parceria com a Yamaha Motor, que perdura até hoje.

Ao comercializar produtos importados do Panamá, ofereceu como diferencial a garantia de manutenção aos mesmos.

O empresário José Azevedo é um dos destaques do setor comercial, com o sucesso de seu grupo, TV Lar



Homenagem (continuação)

Homenagem reuniu autoridades locais

Além dos familiares, estiveram presentes na homenagem personalidades do comércio, política e economia.

Com destaque para a superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Flávia Grosso; secretário titular da Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda), Iper Abraham; presidente da Fecomércio (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amazonas), José Roberto Tadros; presidente da Faeam (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas), Muni Lourenço Silva Júnior; presidente da Fieam (Sistema Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Antonio Carlos da Silva.

Toda a 'bagagem' de José Azevedo o credencia a receber tão justa homenagem do Estado.

DEPOIMENTOS



Iper Abraham
(Secretário de Estado da Fazenda)

"Aqui, a homenagem que faço também vem em nome do governador do Estado Omar Aziz. A homenagem é justa, e vale pelo reconhecimento de tudo que o senhor Azevedo realizou e realiza pelo Estado. Parabéns os deputados pela concessão de tão relevante honraria a Azevedo, que nos orgulha por seu trabalho e sucesso. Agradeço a Deus por me permitir participar dessa solenidade".



Luiz Castro
(Deputado Estadual/PPS)

"Com uma profunda modéstia relutou em receber a homenagem, construiu sua história com trabalho, trazendo do berço o exercício da ética. Um homem de um coração generoso, a medalha faz justiça e é um reconhecimento por suas ações.

Azevedo foi pioneiro, ajudou a alavancar o comércio no Estado e sempre esteve engajado com os mais diversos interesses. Possui posicionamentos inteligentes e manifestações humanistas. A Assembleia faz valer sua importância ao prestar essa homenagem".



Ricardo Nicolau
(Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas)

"A honraria que demos ao senhor José Azevedo é o reconhecimento por todo trabalho e história que ele vem desenvolvendo no Amazonas. Ele é muito mais amazonense do que muitas pessoas que aqui nasceram.

Azevedo vem dedicando sua vida para fazer o bem a quem está ao seu lado, contribuindo de forma evidente para o desenvolvimento do Estado. Uma empresa como a sua só pode ter por trás uma pessoa com um espírito empreende-

dor como o seu.

E ele com esse espírito foi além, trouxe a Yamaha para o PIM (Polo Industrial de Manaus). O polo de duas rodas promissor do nosso Estado tem, sem dúvidas, o suor de José Azevedo".



Washington Régis
(Deputado Estadual/PMDB)

"Um líder brilhante que nos deu a honrar de conceder o título de cidadão do Amazonas. Um ser humano humilde, que serve como exemplo para todos nós. Ele nos ensina que com dignidade e honradez podemos chegar a um lugar de vitória".



José Ricardo
(Deputado Estadual/PT)

"É justo homenagear alguém como o senhor José

Azevedo, ele que é um dos maiores empreendedores e mais perseverantes empresários que temos no Estado. Azevedo não é só um comerciante dono de loja, ele é um homem engajado com os problemas da sociedade, sempre se fazendo presente nas grandes discussões pertinentes ao Amazonas.

Ele contribui não só pela vertente financeira, mas também na linha social".



Sinésio Campos
(Deputado Estadual/PT)

"Ele é um amazonense por opção, ninguém escolhe onde nasce, mas pode escolher onde vai morar. José Azevedo é um cidadão vocacionado em defender o Estado. Ele é um empreendedor nato, e soube desde os primeiros passos da sua vida progredir, uma pessoa de família, estando a frente do seu tempo.

Sou presidente da Comissão que trata as questões do polo naval no Amazonas, e tenho a alegria de conviver com ele que está engajado em descobrir um modo diferenciado para o desenvolvimento da nossa economia".



Tony Medeiros
(Deputado Estadual/PSL)

"A homenagem é justa, mas também tardia. Há tempos já devia ter sido concedida ao senhor José Azevedo, ele que tem contribuído de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas. Seu Azevedo é uma figura extremamente carismática, tem consigo o dom do comércio e da amizade. Ele administra de uma forma muito pessoal. A medalha é uma forma singela de mostrarmos a ele toda a sua importância".

Folha de pagamento da indústria cresce pela 3ª vez

O emprego industrial permaneceu estável em março relação a fevereiro, mas o principal destaque da pesquisa divulgada do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é o terceiro crescimento seguido do valor da folha de pagamento, que avançou 0,5% em março em relação a fevereiro. No acumulado do ano, a expansão foi de 6,7%, e, em 12 meses, a folha de pagamento acumula alta de 7,6%, o maior resultado desde abril de 2005, quando registrou variação de 7,7%. Na comparação com março do ano passado, a folha de pagamento real registrou alta de 5,9%. Todos os 14 locais pesquisados registraram variação positiva.

A maior influência sobre o índice nacional ficou com São Paulo (4,4%). Também tiveram peso as contribuições de Minas Gerais (9%), Paraná (10,5%) e Nordeste (7,9%).

Ainda na comparação com março de 2010, o valor da folha de pagamento real cresceu em 12 dos 18 setores pesquisados, com destaque para meios de transporte (14,0%), máquinas e equipamentos (10,0%), alimentos e bebidas (4,9%), produtos químicos (9,0%) e metalurgia básica (12,9%).

Horas pagas

O número de horas pagas aos trabalhadores da indús-

tria em março recuou 0,3% frente a fevereiro, na série sem ajustes sazonais, após acumular um ganho de 1,7% nos últimos quatro meses. No confronto com março do ano passado, o número de horas pagas registrou aumento de 1,7%, na décima quarta taxa positiva consecutiva. No trimestre, o indicador acumula alta de 2,6% e, em 12 meses, houve crescimento de 4,3% no número de horas pagas.

Valor aumentou 0,5% na passagem de fevereiro para março, conforme o IBGE; no acumulado do trimestre, a alta foi de 6,7%

O nível de emprego cresceu quando se compara março de 2011 com março de 2010: alta de 2,2%. A variação acumulada em 2011 é de 2,6%. No acumulado dos 12 meses encerrados em março, o emprego industrial cresceu 3,9%.

A expansão de 2,2% no emprego industrial em março frente ao mesmo mês de 2010 foi generalizada: 12 dos 14 locais pesquisados e 13 dos 18 setores investigados ampliaram as contratações.

Fiam 2011

Primeira certificadora de produtos orgânicos será lançada no final de seminário

Uma das atrações previstas na programação da Fiam 2011 é o ciclo de atividades voltado especificamente para o segmento Orgânico, que terá como novidade nesta edição do evento o lançamento da primeira empresa certificadora de produtos orgânicos da Região Norte, com sede na capital amazônica. A Fiam é organizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior MDIC) por meio da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

A certificadora, que leva o nome de Amazoncerti, possui origem na iniciativa privada e está em processo de legalização. Conta com o apoio da autarquia, sendo um dos resultados alcançados como desdobramento do primeiro seminário de orgânicos realizado durante a edição 2009 da Feira Internacional da Amazônia. A criação da empresa terá como principal benefício a redução do custo do processo de certificação, o que permitirá o aumento do número de produtos orgânicos da região com garantia e em consequência, a ampliação da competitividade do empresariado local no mercado nacional e internacional. O lançamento da certificado-

ra marcará o encerramento do seminário de orgânicos, que ocorrerá durante a Fiam 2011, cujo tema é "Produção Orgânica: organização produtiva versus perspectiva de negócios na Amazônia".

Ontem, na sede da Fieam, ocorreu a reunião de finalização da programação do seminário com a participação de parceiros e apoiadores. De acordo com a coordenadora-geral de Desenvolvimento Regional da autarquia, Eliany Gomes, a intenção é dar continuidade ao trabalho iniciado quando da realização do primeiro seminário durante a Fiam 2009, propiciando o encontro entre produtores e empresários do setor.

Como parte do ciclo de atividades voltado especificamente ao segmento, haverá o estande de orgânicos que contará com exposição de uma variedade de produtos certificados, em processo de certificação e outros de matéria-prima regional. No mesmo espaço, serão realizados encontros de negócios com o objetivo de propiciar a aproximação entre produtores e empresários de todos os Estados da área de abrangência da autarquia (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e os municípios de Macapá e Santana, no Amapá).

Indústria Naval

Manaus tem custos de produção 30% inferiores aos do resto do país

POR JULIANA GERALDO,

ESPECIAL PARA O JOC

Manaus é o lugar mais barato para a construção naval no Brasil, com custos até 30% inferiores aos de outras cidades do país. Foi o que informou o presidente do Sindnaval (Sindicato da Indústria da Construção Naval de Manaus), Mateus Araújo, durante workshop que reuniu, na quinta-feira, 12, empresários holandeses e amazonenses em busca de parcerias e acordos para o setor.

A razão do baixo custo, para Mateus Araújo, é a facilidade na importação dos equipamentos. Segundo ele, os itens necessários para se construir um navio tem alto valor agregado e os benefícios oferecidos pelo PIM (Polo Industrial de Manaus) conseguem diminuir bastante os custos com a importação de peças e equipamentos. Ele explicou ainda que em Estados como o Rio de Janeiro, por exemplo, quase não há mais espaço para construir, o que encarece o serviço. Isso justificaria o interesse dos investidores estrangeiros pela ZFM (Zona Franca de Manaus). Outros países, como a Finlândia, também têm dado atenção

ao segmento em Manaus.

“Para nós, é muito vantajoso, pois é em função do crescimento do setor que agora estamos colhendo esses parceiros, que possivelmente daqui a mais alguns dias estarão instalando suas indústrias na cidade”, comemorou o presidente do Sindnaval.

O embaixador da Holanda, Kees Rade, presente

Informação foi concedida pelo Sindnaval, durante visita de empresários holandeses à capital amazonense, ocorrida na quinta-feira, 12

no evento, ressaltou que a reunião serviu pra intensificar as relações econômicas entre seu país e o Brasil no que se refere ao polo naval. “O Estado tem muito potencial, com uma taxa de crescimento de 9% pelos dois últimos anos. Depois da China é a segunda maior taxa de crescimento. Nesse setor temos muito que com-

partilhar com os amazonenses. Nossa intenção é trazer novas possibilidades para o segmento”, destacou.

PIM Naval

A Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) já solicitou ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) um terreno especialmente direcionado para o segmento. O PIM Naval ou Distrito 3, como também já é conhecido, vai concentrar toda a atividade do polo em uma mesma área, ainda sem definição.

“Atualmente, o polo naval está ocupando a orla da cidade de Manaus. Precisamos tirá-lo de lá para, só então, organizar o setor”, informou Mateus Araújo. O dirigente acrescentou que o ‘Distrito 3’ pretende englobar não apenas o segmento como também a indústria naval periférica, a cadeia produtiva que precisará ser instalada.

Até o março deste ano, o setor já acumulou um faturamento de US\$ 18.312 milhões. Um crescimento de 56,79% no comparativo com os US\$ 18.312 milhões do mesmo trimestre do ano passado.

Futuro

Ponte influenciará no comércio e turismo da RMM

Análise foi feita pelo presidente da FCDL/AM, Ralph Assayag, durante o 1º Encontro Municipal de Micros e Pequenos Empreendedores de Iranduba

O comércio e o turismo da RMM (Região Metropolitana de Manaus) sofrerão grandes mudanças após a inauguração da ponte sobre o Rio Negro, segundo afirmou ontem, o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Amazonas (FCDL/AM), Ralph Assayag, durante o 1º Encontro Municipal de Micros e Pequenos Empreendedores de Iranduba.

Ele ressalta que com as facilidades de acesso que a ponte vai proporcionar será natural o aumento do fluxo de turistas para os municípios de Iranduba e Manacapuru, o que deve afetar, diretamente, os municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, que, atualmente, recebem a grande demanda de turistas nos finais de semana.

Os municípios que formam a RMM recebem cerca de 500 mil visitantes, por ano, principalmente nas festas regionais, segundo levantamento feito pela Comissão de Turismo e Empre-

endedorismo da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Ctur), presidida pelo deputado estadual Francisco Souza (PSC).

“Esses municípios já estão preocupados com essa mudança. Eles terão que fazer melhorias para continuar atraindo os clientes, principalmente, na questão de estrutura e redução de preços. Em algumas cidades, por exemplo, um almoço é mais caro que em Manaus e isso acaba afastando os visitantes”, informou Assayag.

Ele destacou a importância dos microempreendedores estarem preparados para receber essa demanda. Iranduba, na avaliação de Ralph Assayag, tem uma estrutura pequena de hospedagem e alimentação. “O município precisa urgente começar as mudanças na estrutura para receber a demanda de visitantes ainda antes da inauguração da ponte”, informou.

Participaram do encontro, taxistas, comerciantes, donos de pousadas e hotéis interessados

em expandir os negócios em Iranduba visando o crescimento da cidade após a inauguração da ponte sobre o Rio Negro. Representantes da Agência de Fomentos do Estado do Amazonas (Afeam), Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonatur), Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Amazonas (FCDL), Banco Bradesco, e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) também estiveram presentes no encontro, que serviu para discutir as oportunidades de negócios que Iranduba terá com a inauguração da ponte.

A Associação Comercial de Iranduba estima um crescimento de até 40% no volume de vendas após a inauguração da ponte em razão do aumento do fluxo de pessoas que vão passar pelo município, segundo informa o presidente da entidade, Juscelino Mendonça da Silva. Ele ressalta que os comerciantes estão buscando se preparar para atender essa demanda.

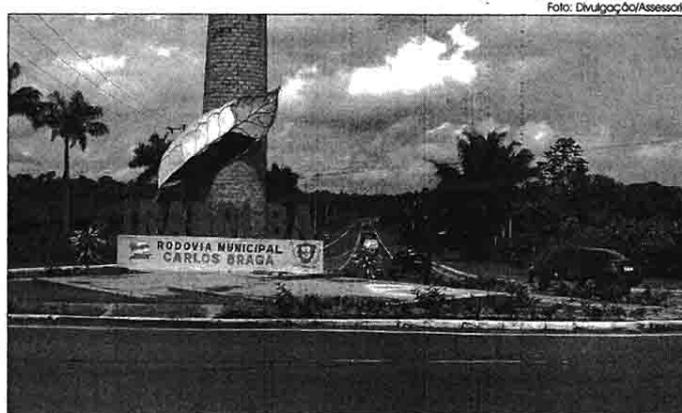


Foto: DM/Inação/Assessoria

Municípios que formam a RMM recebem por ano cerca de 500 mil visitantes

Visando o aumento de clientes, a comerciante Elaine Mendonça, está prevendo um investimento de mais de R\$ 200 mil. O montante será para ampliar a padaria e o comércio de ‘Café da Manhã’ que ela

possui em Iranduba. Elaine ressalta que planeja também construir um hotel na estrada para receber os visitantes.

Para Elaine, a mão de obra em Iranduba ainda é muito carente de formação. “Meus

funcionários não sabem atender os clientes como deveriam. A qualificação dos trabalhadores é uma das coisas que o município precisa oferecer aos moradores o mais breve possível”, informou.

Deputado

Mobilizado para buscar meios para fortalecer a ZFM

Preocupado com o futuro da Zona Franca de Manaus (ZFM), haja vista as novas discussões da Lei de Informática e da reforma tributária e a redução de empregos em segmentos como a de componentes, o deputado estadual José Ricardo Wendling (PT) encaminhará ofício aos ministérios de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Ciência e Tecnologia e à bancada federal do Amazonas relatando essa preocupação e questionando sobre a política federal para a ZFM. Ele explica que as discussões em torno da Lei de Informática devem ser acompanhadas para que se mantenham as vantagens competitivas, uma vez que hoje essa legislação favorece mais os empreendimentos do Sul e do Sudeste do País.

Outro ponto de preocupação é com relação ao segmento de componentes do Polo Industrial de Manaus (PIM), que está sendo prejudicado pelo aumento de importação de produtos da China, com custo bem mais baixo. E o resultado é a redução do número de empregos, de 7 mil para 2 mil nos últimos cinco anos, e redução do próprio segmento empregador, que passou de dez para apenas cinco empresas.

Sindicalista irrita SRTE-AM

Valdemir Santana, do Sindicato dos Metalúrgicos, acusa fiscais do trabalho de ameaçar 15 mil empregos

O superintendente regional do Trabalho e Emprego no Amazonas (SRTE-AM), Alcino dos Santos, reagiu duramente às críticas feitas por empresas de Recursos Humanos e pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdemir Santana, que acusam o órgão de ameaçar o emprego de 15 mil trabalhadores temporários do comércio e da indústria. O "Dia D" para a demissão ou contratação pelas tomadoras de serviços, já notificadas, é terça-feira, dia 17, quando ocorrerá uma reunião, no Clube do Trabalhador (Sesi). Quem não cumprir será multado.

Alcino diz que uma cláusula da convenção coletiva do Sindicato dos Metalúrgicos, que prevê contratação de temporários, está indo contra a Lei nº 6.019/74, que autoriza o trabalho temporário por três meses para atender duas situações: necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou à acréscimo extraordinário de serviços. O prazo pode ser prorrogado, mas precisa de autorização do MTE. Segundo Alcino, se as empresas têm produção para admitir a cada três meses, de forma ininterrupta, a atividade não é temporária, portanto, tem de contratar como



Alcino dos Santos, titular da SRTE



Valdemir Santana criticou fiscais

Saiba Mais

De acordo com a SRTE-AM, é proibida a intervenção dos órgãos públicos nas convenções sindicais. Os sindicatos depositam as convenções no Ministério do Trabalho para dar publicidade e não existe homologação de convenção.

funcionário dela.

"Esse rapaz (Valdemir) deveria ficar feliz porque estamos tentando regularizar a situação desses 15 mil trabalhadores, se esse for o número, que têm contratos precários e passam o ano inteiro circulando em várias empresas. Não entendo por que essa briga para defender as empresas, quando ele deveria defender os trabalhadores", disse Alcino.

Ontem, em coletiva, Santana disse que os fiscais da SRTE alegam que os contratos que as empresas da indústria e do comércio fizeram com as empresas de RH são irregulares, pois eles não reconhecem os acordos, apenas a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Em Manaus há 115 terceirizadas registradas na SRTE, mas só 15 têm acordo com o sindicato laboral e patronal, no segmento de metalurgia.

"Ou a superintendência está indo contra os trabalhadores porque manda demitir ou qual é essa posição? Estamos em dissídio coletivo e nele a empresa que demitir terá de pagar dois salários a mais. Quero a garantia da superintendência que vai dar emprego para esse pessoal", disse Valdemir, acrescentando que, se tiver irregularidade, ele está a favor da decisão. "A nossa convenção prevê que o salário do temporário e os benefícios são iguais aos efetivos".

Alcino nega. "Quando completamos três meses, eles não têm aviso prévio nem FGTS. Se se acidentar não tem direito a estabilidade", rebateu Alcino. "Ele (Valdemir) está usando isso de manobra política. Na terça-feira tivemos uma reunião lá na superintendência e explicamos tudo. Deve ter alguma coisa por trás disso", questionou.

CAPA

Quinze mil demissões

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas divulgou que contratados em regime temporário pelos setores do Polo Industrial de Manaus e do comércio deverão ser desligados até a próxima terça-feira. O motivo são contratos irregulares, que extrapolam os três meses. **Economia B5**

Contexto

Suframa

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) apresentou ontem projeto de lei que altera a composição do Conselho de Administração da Suframa, acrescentando ao colegiado representantes das associações dos municípios do Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre e Amapá.



Prefeitos

A reivindicação foi apresentada por prefeitos na quarta-feira à bancada amazonense no Congresso Nacional.

Fiam

Certificação de orgânicos é atração da Fiam 2011

Entre as principais atrações da Feira Internacional da Amazônia (Fiam 2011), o destaque fica por conta da Amazoncerti – primeira empresa certificadora de produtos orgânicos da Região Norte. Sediada em Manaus, a organização traz como principal benefício a redução do custo do processo de certificação, o que deve permitir o aumento do número de produtos orgânicos locais e, conseqüentemente, a ampliação da competitividade no empresariado regional. A feira está marcada para o período de 26 a 29 de outubro, em Manaus, e o lançamento da certificadora para o último dia.

PIM e comércio vão dispensar 15 mil

ALYNE ARAÚJO

Equipe do EM TEMPO

alynearaujo@emtempo.com.br

Aproximadamente 15 mil amazonenses contratados em regime temporário pelos setores do Polo Industrial de Manaus (PIM) e do comércio estão com o trabalho 'na berlinda'. A expectativa é de que, até a próxima terça-feira, eles sejam desligados de suas funções devido a um impasse em relação ao tempo de contrato com as empresas desses segmentos.

Enquanto a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas (SRTE-AM) afirma que a maioria trabalha fora do tempo-limite estipulado em contrato, que é de três meses, o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas e os representantes das empresas de Recursos Humanos (RH) alegam que, após o mês de março, novas contratações foram efetuadas.

De acordo com o superintendente regional do Trabalho e Emprego no Estado, Alcino Vieira, grande parte das empresas atua com funcionários irregulares. "As fiscalizações são feitas desde janeiro e foi concluído que muitos trabalhadores já estão nas empresas há mais de três meses", afirmou.

O titular do órgão explicou que a permanência no cargo após o período de três meses é aceita apenas com o aval do Ministério do Trabalho e Emprego. "E não é isso que acontece. Quem está exercendo a função por mais de 90 dias não apresenta documento que comprove que possa permanecer no trabalho após o período estabelecido", esclareceu Alcino Vieira.

'Não há ilegalidade'

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Valdemir Santana, não há ilegalidade dentro das empresas no que diz respeito à contratação. "Todos os trabalhadores que foram contratados temporariamente no início do ano permanecem de maneira regular. Ou seja, não existe razão para a demissão dessas

Caso as empresas não cumpram a regra de demissão desses funcionários contratados temporariamente, elas poderão pagar multa. O valor varia de acordo com a quantidade de trabalhadores atuando de maneira irregular no local.

O superintendente enfatizou ainda que, ao demitir esses trabalhadores, as empresas pagarão todos os direitos. "Eles irão receber todas as verbas rescisórias equivalentes aos três meses trabalhados", garantiu. As empresas que contratam temporariamente são obrigadas a fornecer jornada de oito horas de trabalho, horas extras remuneradas, férias proporcionais, indenização por dispensa sem justa causa ou término nor-



Alcino Vieira,
superintendente
do Trabalho

"Quem está exercendo a função por mais de 90 dias não apresenta documento que comprove que possa permanecer no trabalho após o período estabelecido"

mal do contrato.

Ainda conforme o titular da SRTE-AM, os funcionários dispensados podem ter empregos garantidos em outras empresas. "As fábricas estão cada vez mais fortes e o segmento naval está em franca expansão. Basta o trabalhador ter a qualificação necessária para ocupar uma vaga", comentou.

peças", afirmou.

Ainda segundo o sindicalista, a preocupação da entidade é de que esses funcionários possam ser encaminhados para outros estabelecimentos comerciais ou para outras empresas do parque fabril local. Além disso, o sindicato também quer a garantia de que todos os direitos serão pagos no ato da demissão.

PIM e comércio vão dispensar 15 mil (continuação)

Busca por efetivação

Para o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), Ralph Assayag, os funcionários contratados temporariamente, normalmente são efetivados. "Se eles forem qualificados e tiverem apresentado um bom desempenho durante o período em que estiveram trabalhando, são contratados em caráter efetivo", afirmou. "A maioria deles consegue ser contratado efetivamente para atuar em uma próxima data festiva", acrescentou.

O dirigente informou ainda que, no ano passado, foram treinados 7,8 mil pessoas para trabalhar no

comércio. Este ano a meta é de que 8 mil candidatos possam receber essa capacitação para ocupar vagas de vendedores externos e internos.

De acordo com o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, as demissões não devem alcançar um volume tão grande. "O ritmo do parque fabril local está cada vez mais crescente e os funcionários contratados temporariamente que apresentam melhor desempenho, geralmente têm seu contrato renovado para atender às demandas do comércio", apontou.

Polo naval

Holandeses conhecem incentivos

RICHARD RODRIGUES

Equipe do EM TEMPO

richard@emtempo.com.br

Após despertar o interesse de empresários espanhóis e italianos, desta vez quem está 'de olho' no polo naval amazonense são os holandeses. Depois de passar pelos Estados do Rio de Janeiro e Pará, uma comitiva formada por 15 executivos da indústria naval holandesa desembarcou na capital amazonense para prospectar negócios.

O grupo se reuniu ontem com representantes da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para conhecer o modelo de incentivos que lhes será concedido, caso optem por se instalar em território local.

Para o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Naval de Manaus (Sindnaval), Matheus Araújo, essa é a prova de que o polo naval manauense é viável para grandes indústrias do setor. "Se instalar em Manaus é até 30% mais em conta do que

em outros Estados brasileiros", disse.

O dirigente acrescentou ainda que o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) e os incentivos fiscais concedidos pelo Estado também tem 'peso' na hora de investir no Brasil. "Esses benefícios sem dúvida tem grande importância na hora que essas empresas decidirem investir no Brasil, em especial no Amazonas", salientou.

Ainda com relação à vinda das gigantes navais holandesas

para Manaus, Araújo disse estar otimista com a possibilidade. "A comitiva já demonstrou interesse, até porque quase não há mais espaço para atuarem no Rio de Janeiro, e temos certeza que estamos melhor preparados para receber essas indústrias do que os demais Estados brasileiros", assegurou o presidente do Sindnaval, ao informar que os empresários, ainda hoje, devem visitar estaleiros locais e após reunião na Suframa, retornarão à Holanda.

CAPA

SRTE identifica a contratação ilegal de terceirizados no PIM

AMAZONAS 6 | A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) no Amazonas identificou contratação irregular de temporários em empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM), que atualmente emprega cerca de 15 mil trabalhadores por meio desse tipo de contrato, segundo a direção do Sindicato dos Metalúrgicos no Estado.

Claro & Escuro

Polo naval 1

O Amazonas concorre com outros quatro Estados para a implantação de um polo naval no País: Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Santa Catarina oferece, além de terreno, 20 anos de isenção de IPTU.

Polo naval 2

No Amazonas, o terreno para a instalação do polo naval é um dos principais problemas. A Suframa já definiu uma área no bairro Puraquequara, que

pertence ao Incra, mas precisa da liberação do governo federal. O processo está em curso.

Selo vai beneficiar produtos do PIM

Reunião, ontem, entre representantes da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi) e do Instituto

Nacional de Metrologia (Inmetro) deu início aos trabalhos visando à inclusão do projeto Selo Amazônico em programa de qualidade federal para produtos com matéria-prima amazônica.

SRTE investiga a contratação ilegal de terceirizados no PIM

Beatriz Gomes

Da Redação

Manaus, Amazonas

Investigação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) identificou a contratação irregular de temporários no Polo Industrial de Manaus (PIM), que atualmente, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, emprega cerca de 15 mil nesse tipo de contrato.

De acordo com a SRTE, os temporários devem ser contratados para substituir funcionários efetivos ou em acréscimo extraordinário, mas as empresas estão utilizando essa modalidade de contrato em benefício próprio, burlando a lei trabalhista.

A Superintendência intimou as empresas fiscalizadas a comparecer em reunião no último dia 17, no Serviço Social da Indústria (Sesi), para passar as determinações que regem o trabalho temporário.

Segundo a Lei 6.079/74, trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços.

“Mas o que está acontecen-

do é que muitas empresas estão admitindo funcionários temporários por períodos sucessivos com a anuência do Sindicato dos Metalúrgicos. Admitem 200 funcionários temporários e três meses depois contratam mais 200 temporários. Isso não caracteriza um acréscimo extraordinário, já que a necessidade de trabalhadores está sendo permanente”, afirmou o superintendente da SRTE, Alcino Santos.

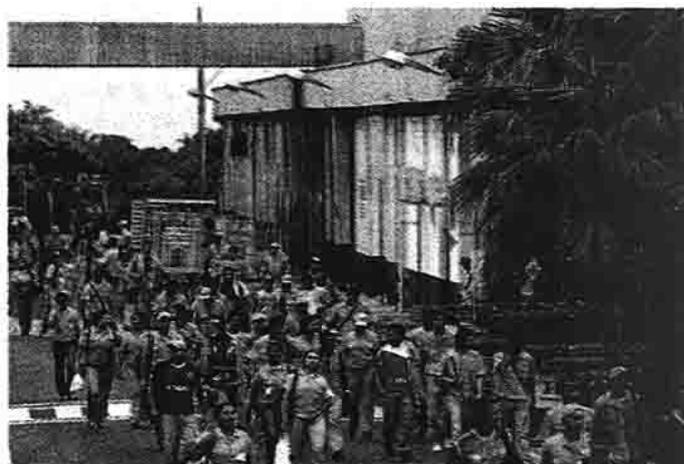
O contrato de mão de obra temporária, com relação ao mesmo empregado, tem o período limitado a três meses, podendo ser automaticamente prorrogado, mediante comunicação ao órgão, desde que o período total não exceda a seis meses.

“Chegamos a identificar trabalhadores temporários com lesões de trabalho, o que é incomum para pessoas que só trabalharam três meses em uma função”, destacou Santos.

O superintendente da SRTE, disse ainda que se reuniu no dia 3 de maio com o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal) e o advogado das empresas de Recursos Humanos para falar das legislações.

Sindicato

Segundo o presidente do Sindmetal, Valdemir Santa-



Superintendência Regional do Trabalho e Emprego diz que fábricas estendem contratos desrespeitando a lei / Foto: Raimundo Valentim/26/03/2010

na, esse foi o prazo que a SRTE deu para que as empresas se adequem ou demitam os temporários tanto na indústria quanto no comércio, caso isso não aconteça a empresa contratante será multada.

Santana afirma que os contratos dos temporários estão de acordo com a lei e são reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e que a SRTE não deu explicações sobre as irregularidades dos contratos temporários.

O proprietário da empresa Talento Recursos Humanos, Jaime Sebbem, afirma que a convenção coletiva entre o

Sindmetal e o Sindicato da Indústria de Aparelho Elétricos, Eletrônicos e Similares do Amazonas (Sinaees) não foi reconhecida pela SRTE, que desde janeiro iniciou esse trabalho de fiscalização no PIM.

Para o presidente do Sinaees, Wilson Périco, se as empresas tiverem que demitir, os temporários os preços dos produtos vão subir pois o volume de produção vai diminuir. “Essa medida vai acarretar dificuldades aos trabalhadores e inflação”.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Oposição questiona partilha de recursos

Paula Litaiff

Da Redação

Manaus, Amazonas

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) do Amazonas, sigla de oposição ao governo do Estado, ingressou, ontem, com uma representação no Ministério Público do Estado (MP-AM) questionando a distribuição do valor arrecadado com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A representação foi assinada pelo presidente estadual do partido, Marcelo Serafim, e pelo presidente municipal da sigla, Joaquim Lucena.

No documento, o PSB acusa o Estado de reduzir repasses aos Poderes Judiciário e Legislativo para repassá-los a fundos de investimentos públicos através de uma legislação inconstitucional. De 2005 a 2009, a aplicação dos fundos rendeu quase R\$ 2,7 bilhões, segundo o PSB.

De acordo com a representação do Partido Socialista Brasileiro, a medida pode ter causado uma crise no Poder Judiciário que, hoje, ameaça fechar 36 comarcas do interior do Estado por falta de recursos públicos.

Com uma dívida de R\$ 400 milhões, o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) quer aumentar de 7% para 10% o percentual de repasse anual, pulando de R\$ 320 milhões para R\$ 420 milhões seu orçamento anual. O governo do Estado ainda analisa a proposta.

Legislação

A legislação que, segundo o PSB, retirou o repasse dos poderes é a Lei 2.826, de 29 de setembro de 2003, que define a política de incentivos fiscais do Estado do Amazonas. Por ela, as empresas que desejam ter direito ao crédito presumido de ICMS são obrigadas a recolher sobre percentuais para três fundos: Fundo de Desenvolvimento do Interior (FDI), Fundo de Fomento às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento do Estado do Amazonas (FMPES) e Fundo em favor da Universidade do Estado do Amazonas (Fuea).

Com a nova lei, o Estado deixou de arrecadar valores a título de ICMS e passou a arrecadar a título de contribuições. Pelo levantamento do PSB, só o Tribunal de Justiça do Amazonas perdeu mais de R\$ 150 milhões em repasse com a lei de



O ex-prefeito de Manaus Serafim Corrêa disse que o repasse aos fundos governamentais tira recursos dos municípios e dos poderes / Foto: Raimundo Valentim/04/02/09

2005 a 2009.

“A primeira vista pode parecer não existir maiores problemas, mas essa manipulação é da maior gravidade. Ao mesmo tempo em que tira recursos constitucionais dos municípios, faz o mesmo com o Judiciário, Legislativo, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado”, explicou o ex-prefeito de Manaus Serafim Corrêa, um dos dirigentes do PSB.

Serafim também questionou a aplicação dos recursos destinados aos três fundos de investimentos públicos. “Quem foram os beneficiários desses recursos? Em que foram aplicados? O

governo do Estado pode publicar o nome da empresa ou instituição, seus dirigentes, o valor que cada um recebeu e em que foram aplicados esses recursos?”, argumentou o ex-prefeito.

Aplicação

O secretário estadual de Fazenda, Ispér Abraham, disse que a prestação de contas de aplicação dos fundos de investimentos criados pela Lei 2.826/2003 está disponível no link ‘transparência’ do site da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), no endereço www.sefaz.am.gov.br. Ontem, a reportagem não conseguiu

acessar os dados.

Ispér disse, ainda, que a criação da lei foi necessária para gerar condições de investimentos para áreas de saúde, educação e infraestrutura em Manaus e principalmente no interior do Estado. “O Estado não pode destinar todos os recursos para despesas é preciso guardar para investir e com isso melhorar a condição de vida das pessoas”, justificou.

Ainda segundo o secretário, o Estado não pode reduzir os recursos repassados a fundos de investimentos para transferir ao orçamento do Tribunal de Justiça do Amazonas. “Não podemos misturar as questões. Uma coisa é dinheiro dos fundos que são utilizados em melhorias da qualidade de vida das pessoas e outra coisa são as despesas do Tribunal de Justiça”, afirmou.

Questionado sobre a proposta do Tribunal de Justiça de aumentar de 7% para 10% o repasse anual de recursos, Ispér afirmou “Eles (tribunal) querem praticamente o dobro de verba. Isso tem que ser muito estudado”, afirmou sem querer se estender no assunto.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Rotatividades reduz o salário na construção civil em 7,5%

A rotatividade da mão de obra na construção civil reduziu em 7,5% o salário dos empregados do setor em 2010. No ano passado, o salário médio do trabalhador demitido pelas construtoras era R\$ 968,33. Já o salário dos admitidos ficou em R\$ 894,78. Os dados constam de estudo sobre o setor da construção, divulgado hoje (12), pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Segundo o estudo, uma das causas da rotatividade no setor é o próprio processo produtivo da construção civil.

A duração do tempo de trabalho no setor se dá por contrato temporário ou empreitada, ou seja, o contrato de trabalho encerra-se assim que determinada fase da obra termina. Por outro lado, a entidade destaca que a principal motivação da rotatividade no setor é a diminuição dos gastos da empreiteira.

“Outro motivo, e o princi-

pal, é a redução dos custos para a construtora, pois a rotatividade rebaixa o salário dos trabalhadores do setor”, informa o estudo do Dieese.

Em 2010, cerca de 2,4 milhões de pessoas foram contratadas pelo setor. Entretanto, no mesmo período, 2,2 milhões foram demitidas.

Apesar da alta rotatividade

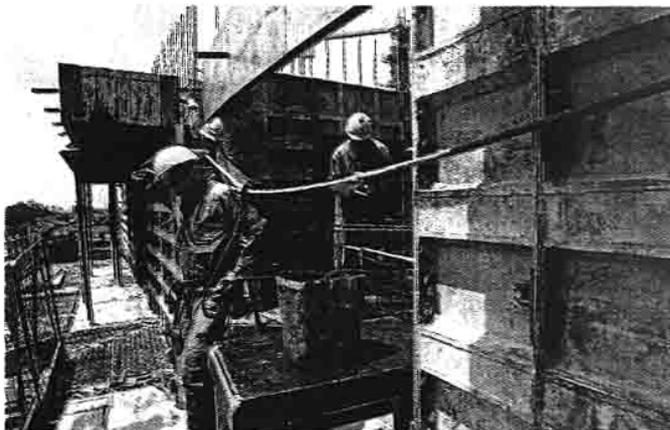
EMPREGO E SALÁRIO Números do Dieese revelam alto índice de rotatividade

2,4

milhões de pessoas foram contratadas pelo setor no ano passado. Por outro lado, 2,2 milhões foram demitidas.

R\$ 634

foi o valor médio dos pisos salariais acordados em 2010, o que corresponde a valores abaixo de dois salários mínimos.



Mesmo com a elevada rotatividade, cerca de 25% das negociações salariais do setor tiveram aumentos reais em 2010 / Foto: Clayton de Souza/AE

e da consequente redução nos salários, o levantamento mostra que cerca de um quarto das negociações salariais no setor resultaram em aumentos reais, acima de 4%, em 2010. Em 2008, apenas 4% dos acordos coletivos alcançaram esse resultado e, em 2009, nenhuma negociação atingiu esse patamar.

O valor médio dos pisos salariais acordados em 2010 foi

R\$ 634. O maior piso salarial, de R\$ 886, foi registrado em uma negociação no Estado de São Paulo, e o menor, de R\$ 510, em Sergipe.

O estudo mostra ainda que, apesar dos grandes investimentos no setor, persistem as precárias relações de trabalho na construção civil.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Rotatividades reduz o salário na construção civil em 7,5% (continuação)

Emprego industrial cresce em 13 regiões, indica IBGE

O emprego na indústria brasileira ficou estável em março na comparação com o mês anterior, após avançar 0,5% em fevereiro. Em relação ao mesmo período de 2010 houve expansão de 2,2%, o que representa a 14ª taxa positiva consecutiva. Esse resultado, no entanto, é o menor na mesma base de comparação desde fevereiro do ano passado, quando foi registrada alta de 0,8%.

De acordo com dados divulgados hoje (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano, o indicador acumula alta de 2,6%. Nos últimos 12 meses, o emprego industrial avançou 3,9%.

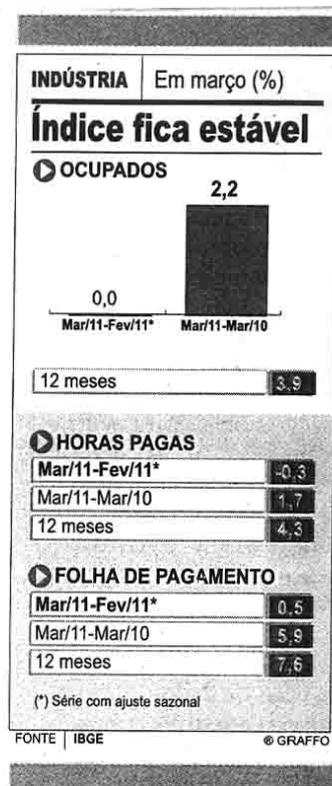
Segundo o documento, embora as comparações com iguais períodos do ano anterior apontem resultados positivos, há "clara redução na intensidade do crescimento, refletindo em grande parte a elevação da base de comparação".

Em relação ao mesmo período de 2010, as contratações superaram as demissões em 12 dos 14 locais pesquisados e em 13 dos 18 setores investigados.

Entre os locais, as principais contribuições positivas partiram da Região Nordeste (3,8%), Região Norte e Centro-Oeste (4,1%), do Rio Grande do Sul (3,7%), Paraná (4,2%) e de Minas Gerais (2,7%).

Os setores que tiveram mais destaque foram os meios de transporte (8,2%), produtos de metal (7,6%), alimentos e bebidas (2,4%), máquinas e equipamentos (5,2%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (6,6%), metalurgia básica (7,7%) e outros produtos da indústria de transformação (5,3%). Já as pressões negativas mais importantes sobre o total da indústria ficaram com papel e gráfica (-8,5%), vestuário (-3,8%) e madeira (-7,6%).

O documento do IBGE também revela que o rendimento dos trabalhadores da indústria aumentou 0,5% na passagem de fevereiro para março.



País impões barreiras à importação de carros

Desde a última terça-feira, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) colocou em licença não automática a liberação de guias de importação para veículos acabados, autopeças e pneus, segundo uma fonte do governo. A decisão foi tomada em retaliação ao governo da Argentina, que tem adotado barreiras para dificultar a entrada de produtos brasileiros no país.

No entanto, explicou a fonte, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) proíbe a imposição de licenças não automáticas para apenas uma origem, a medida vale para todos os mercados. O governo brasileiro, no entanto, fará a liberação das

importações dos outros países de maneira acelerada e reterá os pedidos vindos da Argentina.

De acordo com a OMC, o Brasil tem até 60 dias para permitir a entrada de produtos no País. A fonte destaca que esse prazo poderá ser cumprido até o final ou até ser ultrapassado, dependendo da postura do governo argentino, a partir de agora, em relação às exportações do Brasil para aquele país.

A Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) já foram informadas sobre a decisão do governo. O MDIC ainda não se pronunciou sobre a medida. Ontem, o ministério reenviou por fax uma carta à ministra

da Indústria da Argentina, Débora Giorgi, cobrando uma solução para os problemas enfrentados pelos exportadores brasileiros na aduana argentina. Essa carta havia sido enviada por correio há alguns dias, mas, segundo a ministra argentina, não foi recebida. Também ontem, a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, conversou por telefone com Débora Giorgi para cobrar definições.

A venda de veículos importados vem crescendo ao longo deste ano, enquanto o negócio de carros nacionais está recuando, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Fala Sério

Laranja e arauto

Não importa se o modelo ZFM corre riscos de implosão na reforma tributária, ou na revisão da Lei de Informática, conforme deseja a canalha paulista através de seu novo laranja e arauto, o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizo Mercadante. Praciano nem conseguiu inteirar-se ainda das demandas do Estado de infraestrutura e resguardo constitucional. Ele quer ser prefeito. Punto e basta.

Pouca letra

Pouco afeito à leitura, o deputado não consegue decifrar nas entrelinhas que não goza de muito prestígio nas hostes da agremiação onde milita. Brizolista de origem e convicção, Praciano não se atualizou nem se identifica pra valer com nenhuma das correntes hegemônicas. Sabe quando terá brecha na convenção, meu irmão?

Zé Azevedo recebe título de Cidadão do Amazonas

- ✓ **Autoridades civis e militares prestigiaram o evento**
- ✓ **Emoção e lágrimas na solenidade na Aleam**

"Este Poder não lhe presta favor nenhum, mas sim uma obrigação em lhe distinguir nesse dia esse título e essa medalha". Assim se expressou o presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas, deputado Ricardo Nicolau, ao saudar da Tribuna da Casa, o empresário José Azevedo, esta manhã de quinta-feira, durante concessão do título de Cidadão do Amazonas – juntamente com a Medalha Ruy Araújo –

ao empresário. Chamando-o carinhosamente de "Seo" Azevedo, Nicolau lembrou os relevantes serviços prestados, ao longo de décadas, à Manaus e ao Estado do Amazonas pelo empresário. A propositura foi do deputado Washington Régis, junto ao Projeto de Resolução Legislativa do deputado Luiz Castro. Estiveram presentes, familiares do homenageado, além de várias autoridades, civis e militares.

Segundo, ainda, Nicolau, o Amazonas ficou engrandecido ao tê-lo adotado, pois são pessoas assim, com boa vontade e trabalho que fizeram e fazem acontecer o progresso do nosso estado. "O 'Seo' Azevedo é uma unanimidade, pois todos sabem da sua honestidade, seriedade e serviços prestados; manter uma empresa como o Grupo TVLAR, que cresce cada vez mais, num momento delicado da

economia que o país vive, diz tudo da personalidade desse homem. Aqui não homenageamos somente o empresário, mas o ser humano", disse, ressaltando a importância da Yamaha, que veio para a Zona Franca através da luta do empresário, e que hoje fabrica mais motocicletas que o Japão e Estados Unidos. "Se o Pólo de Duas Rodas é o que é, devemos a esse homem", concluiu.

Poder e prestígio

José Azevedo foi saudado pela Mesa Diretora, presidida pelo deputado Ricardo Nicolau, presidente da Assembléia Legislativa; Isper Abraham, secretário de Estado da Fazenda, representando na ocasião o governador Omar Aziz; superintendente da Suframa, Flávia Grosso; presidente da Federação do Comércio, José Roberto Tadros; presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, Fieam, Antonio Silva; secretário de Estado da Segurança, Zulmar Pimentel; presidente do Tribunal de Contas do Amazonas, Julio Pinheiro; presidente da Fetagri, Muni Lourenço; presidente da Associação Comercial do Amazonas, Gaetano Antonaccio e comandante do 7º Comar, major-brigadeiro Nilson Caminatti.



Zé Azevedo recebe título de Cidadão do Amazonas (continuação) Medalha do Mérito Legislativo



A medalha Ruy Araújo é uma comenda do Mérito Legislativo e foi instituída por meio da Resolução Legislativa n° 105, de 1° de maio de 1981, oriunda da aprovação do Projeto de Resolução Legislativa n° 01, de 13 de março de 1981, apresentado à Assembléia Legislativa do Estado pela então deputada Socorro Dutra Lindoso.

De acordo com o Artigo 10, da Resolução Legislativa 103, de 10 de dezembro de 1980, a medalha será concedida a quem se distinguir, por seus méritos no meio político, jurídico ou cultural e demais segmentos da sociedade amazonense.

Bastante emocionado, José Azevedo chegou às lágrimas ao relembrar sua chegada ao Amazonas, então com 3 anos, juntamente com a irmã, Maria da Conceição, então com dois anos em seguida ficando órfão de mãe. Continuando, ele relembrou a vida dura de interiorano no município de Nhamundá onde foi morar. Sempre com humildade, falou da primeira oficina, no Centro da cidade, evoluindo para o gigante empresarial que é hoje o Grupo TVLAR, com 36 lojas e um total de 850 funcionários, que ele classificou de colaboradores e à quem, juntamente com sua família, dedicou o título e a medalha.

Fórum de Debates

Em seu pequeno pronunciamento, José Azevedo conclamou os deputados a abrirem um Fórum de Debates com o intuito de serem encontradas alternativas econômicas, principalmente para o interior do Estado. "Eu conheço todo o interior amazonense e sei da luta das pessoas que vivem por lá. Manaus ainda funciona como uma bomba de sucção para os moradores do interior, que vêm para a capital por falta de alternativas; nós precisamos encontrar formas de manter esse homem em seu local de ori-

gem e o momento é esse", observou.

Finalizando, ele citou parte do poema Pedras no Meu Caminho, de Fernando Pessoa, que diz; "Pedras no caminho? Guardo todas; um dia vou construir um castelo". No citado poema, Pessoa observa que sua vida é a maior empresa do mundo e que tudo fará para que nunca vá à falência. José Azevedo dedicou a honraria a todos seus familiares, à comunidade lusitana, ao Rotary e a todas as pessoas que acreditam na honra, na honestidade e no trabalho.

Zé Azevedo recebe título de Cidadão do Amazonas (continuação)

Abrços do governador



Em seu pronunciamento, o secretário Ísper Abrahim falou do potencial do Amazonas, lembrando que no século passado, nosso estado foi responsável por 40% de todo o PIB do país e ainda hoje possui PIB superior a muitos países, inclusive da América Latina. “É esse estado que hoje lhe

homenageia”, observou, lembrando dos tempos em que o conheceu, quando menino, ao lado da farmácia de sua mãe. “O governador Omar Aziz mandou vir aqui representá-lo e falar da Tribuna, da grande honra que ele e esse estado tem em lhe homenagear”, pontificou.